

O IMPACTO DO MEI NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ¹,

Douglas Silva Carneiro²,
Prof. Dr. Ricardo Vernieri de Alencar³,

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo analisar os efeitos da formalização por meio do regime de Microempreendedor Individual (MEI) na ampliação das oportunidades de trabalho e no incremento da renda, especialmente em municípios de pequeno porte, com ênfase na cidade de Nossa Senhora de Nazaré, no estado do Piauí. A análise busca compreender o papel socioeconômico desempenhado por esses empreendedores, destacando⁴ o avanço do modelo MEI e sua influência no fortalecimento das economias locais. Os resultados obtidos fornecem subsídios para políticas públicas que fomentem o empreendedorismo e o desenvolvimento regional, destacando a relevância do tema para municípios de pequeno porte no Brasil.

Palavras-Chave: MEI; geração de emprego; renda; pequenos municípios; desenvolvimento econômico.

ABSTRACT: This study investigates the impact of Microentrepreneur Individual (MEI) registration on employment and income generation in small Brazilian municipalities,⁵ focusing on Nossa Senhora de Nazaré. The research analyzes the role of MEI in the socioeconomic context, considering the significant growth of this formalization model and its contribution to local development. It addresses the main sectors of MEI activity, the benefits and challenges faced, and its influence on the local economy. The results provide subsidies for public policies that promote entrepreneurship and regional development, highlighting the theme's relevance for small municipalities in Brazil.

Keywords: Digital marketing; Small businesses; Entrepreneurship; Social media; Sales.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Estadual do Piauí, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, *Campus Poeta Torquato Neto*, como requisito indispensável para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

² Douglas Silva Carneiro. E-mail: douglas.silva.c@aluno.uespi.br

³ Professor Dr. Ricardo Vernieri de Alencar. E-mail: ricardovernieri@ccm.uespi.br

INTRODUÇÃO

Os microempreendedores desempenham um papel fundamental na economia dos pequenos municípios brasileiros, ao gerarem emprego, renda e diversificação econômica. Apoiar o desenvolvimento de microempreendedores, por meio de políticas públicas e iniciativas de incentivo, é uma estratégia eficaz para promover o crescimento sustentável e a qualidade de vida das comunidades locais.

Os pequenos municípios brasileiros enfrentam grandes disparidades regionais, o que exige políticas públicas mais específicas e adaptadas às suas realidades. Como ressalta Vitte (2006), é fundamental que os gestores locais valorizem e potencializem os instrumentos sob sua responsabilidade, de modo a fomentar um ambiente favorável ao crescimento econômico local. Nesse cenário, a figura do Microempreendedor Individual (MEI) representa uma estratégia relevante para integrar trabalhadores informais à formalidade, além de incentivar práticas empreendedoras. Esses fatores contribuem para o desenvolvimento econômico e social dessas localidades, tornando os pequenos municípios mais sustentáveis e menos dependentes de centros urbanos maiores.

O município de Nossa Senhora de Nazaré, que conta com uma população de 5.228 habitantes, sendo que 246 desses habitantes são pessoas economicamente ativas, ou seja, que movimentam a economia local e nacional. Nossa Senhora de Nazaré, PI vem se desenvolvendo, impulsionado principalmente pelas 142 empresas registradas na cidade que geram empregos para a própria população de Nossa Senhora de Nazaré e cidades vizinhas.

O objetivo geral desse estudo é identificar o impacto do registro como Microempreendedor Individual (MEI) na geração de emprego e renda em pequenos municípios brasileiros e tem como objetivos específicos: Verificar o volume de formalizações via MEI em cidades de pequeno porte, avaliando sua associação com o crescimento do emprego e da renda regional; investigar os principais

setores de atuação dos MEIs em pequenos municípios e seu impacto na economia local; identificar os benefícios e desafios enfrentados pelos MEIs registrados em pequenos municípios e sua influência na geração de emprego e renda.

A escolha do tema se dá por sua relevância e atualidade no contexto socioeconômico brasileiro. O crescimento expressivo de microempreendedores individuais em pequenos municípios ressalta a importância de compreender o impacto do MEI na geração de empregos e renda local. Este estudo é relevante por sua escassez em pesquisas específicas para municípios menores, frequentemente negligenciados em estudos focados em grandes centros urbanos. Assim, busca-se contribuir para a compreensão acadêmica do tema e oferecer subsídios para políticas públicas que estimulem o empreendedorismo e o desenvolvimento regional.

Para alcançar o objetivo proposto, este trabalho está organizado em mais quatro seções, além da introdução. A segunda seção é o referencial teórico. A terceira apresenta a metodologia a ser utilizada. A quarta seção analisa os resultados encontrados. Por fim, seguem as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Microempreendedor individual no Brasil

O MEI foi criado como uma solução para inserir pequenos empreendedores no mercado formal, oferecendo uma forma simplificada de regularização e acesso a benefícios legais, especialmente para aqueles que antes atuavam sem registro. O programa visa reduzir a informalidade, aumentar a arrecadação fiscal, e promover a inclusão social, fornecendo uma estrutura legal para negócios que antes operavam informalmente.

Para se formalizar como MEI, o empreendedor deve atender a requisitos específicos: exercer uma das atividades permitidas pela legislação, possuir faturamento anual limitado a R\$ 81 mil (ou proporcional aos meses de atividade no ano), não participar de outra empresa como sócio ou titular, e ter no máximo um funcionário contratado, recebendo o salário mínimo ou piso da categoria (Portal Sebrae, 2023).

Dornelas (2018) destaca o papel do empreendedorismo como um motor de inovação e geração de riqueza. No Brasil, o MEI se configura como uma porta de entrada para a formalização e incentivo à cultura empreendedora. Já Schumpeter (1942) sugere que o empreendedor é essencial para a dinâmica econômica ao introduzir inovações que movimentam o mercado. O MEI desempenha um papel nesse sentido, especialmente em pequenas localidades.

Dados do Ministério da Economia indicam que, até o final de 2022, mais de 70% dos CNPJs ativos no Brasil pertenciam a Microempreendedores Individuais, representando uma parcela expressiva das empresas formais no país (Sebrae, 2023).

. Esses fatores tornam o MEI uma alternativa viável para pequenos empreendedores que desejam atuar de maneira legal e estruturada (SEBRAE, 2013; 2020).

2.2 Empreendedorismo e geração de renda

Diversos autores destacam o empreendedorismo como um elemento-chave no progresso socioeconômico das comunidades, por sua capacidade de estimular a geração de empregos e consolidar a economia local. Dornelas (2018) define o empreendedor como alguém capaz de perceber oportunidades e transformá-las em negócios sustentáveis, com potencial de geração de valor tanto econômico quanto social.

O papel do empreendedorismo na geração de empregos e crescimento econômico é de extrema importância para o desenvolvimento de uma sociedade. Os empreendedores desempenham um papel fundamental ao criar e expandir negócios, gerando empregos e impulsionando o crescimento econômico em diversos setores. O empreendedorismo também desempenha um papel vital no crescimento econômico. Ao iniciar e expandir negócios, os empreendedores estimulam a atividade econômica, impulsionando o consumo, a produção e os investimentos. Por meio da inovação, novos produtos e serviços são introduzidos no mercado, criando demanda e gerando novas fontes de receita.

Bauman (2001), ao discutir a instabilidade crescente do emprego formal na sociedade contemporânea, aponta o empreendedorismo como uma saída viável para indivíduos que enfrentam dificuldades de inserção no mercado tradicional, sobretudo em regiões com menor oferta de trabalho, como as pequenas cidades.

Informações do Sebrae, baseadas nos dados do CAGED, indicam que os pequenos negócios foram responsáveis por grande parte das admissões formais no país em 2022, superando dois terços do total. Além disso, estimativas mostram que essas empresas movimentaram, em média, dezenas de bilhões de reais por mês, destacando sua importância econômica no cenário nacional.

2.3 Desenvolvimento Regional

O conceito de desenvolvimento envolve uma evolução gradual nas condições sociais, econômicas e políticas de determinada localidade, refletindo-se em indicadores como renda, saúde, educação e qualidade de vida. Para Smith (1996), a base da prosperidade nacional reside no trabalho produtivo da população, reforçando a importância da atividade econômica para o progresso regional.

O desenvolvimento regional pode ser impulsionado por políticas públicas que incentivam o empreendedorismo, como a criação de incentivos fiscais, redução da burocracia, e programas de apoio a pequenos negócios. O MEI é um exemplo claro de política pública que visa formalizar pequenos empreendedores e promover a inclusão econômica. Em diversas regiões do Brasil, o governo federal

e estadual oferecem programas de apoio ao MEI, como microcrédito, capacitação e suporte contábil. Estes programas visam melhorar a capacidade empreendedora de pequenos empresários, promovendo o desenvolvimento regional através da formalização de atividades econômicas.

A evolução da economia local pode ser medida através do crescimento do PIB, taxa de desemprego, e aumento da renda per capita. O MEI pode ser considerado um indicador de crescimento econômico local, especialmente em termos de criação de novos negócios e geração de empregos formais. O impacto do desenvolvimento regional também pode ser mensurado através de indicadores como redução da pobreza, acesso a serviços de saúde e educação, e diminuição da desigualdade social (Índice de Gini, por exemplo). O MEI pode ajudar a melhorar esses indicadores ao proporcionar estabilidade econômica a muitas famílias.

Apesar dos benefícios, o desenvolvimento regional por meio do MEI enfrenta desafios, como a falta de infraestrutura, acesso limitado ao crédito, e dificuldades na capacitação e qualificação da mão-de-obra local. Esses obstáculos precisam ser enfrentados para que o desenvolvimento regional seja sustentável.

2.4 MEI na cidade de Nossa Senhora de Nazaré

A cidade de Nossa Senhora de Nazaré, localizada no estado de Piauí, destaca-se por sua forte ligação com a agricultura. Fundada em 26 de janeiro de 1994, o município tem uma população de aproximadamente 5 mil habitantes, conforme dados do IBGE. A economia local é baseada em pequenos negócios, sendo o setor de comércio um dos principais geradores de renda.

Recentemente, o aumento de negócios individuais, principalmente os que se formalizaram por meio do regime MEI, tem se mostrado uma alternativa relevante para moradores de municípios pequenos. Essa tendência está associada tanto às limitações do mercado de trabalho formal quanto ao fortalecimento de ações locais de estímulo ao empreendedorismo. No entanto, desafios como infraestrutura, falta de crédito ainda limitam o pleno desenvolvimento do município. Apesar disso, as iniciativas locais de formalização, incluindo o MEI, têm mostrado impacto positivo na economia da cidade, evidenciando a importância do empreendedorismo como vetor de desenvolvimento regional.

O progresso econômico recente da cidade de Nossa Senhora de Nazaré tem sido impulsionado pela atuação de 142 empresas regularmente registradas, que contribuem diretamente para a geração de empregos, beneficiando não apenas a população local, mas também moradores de municípios vizinhos.

Em Nossa Senhora de Nazaré, o MEI tem desempenhado um papel importante na economia local. De acordo com os registros locais, o município conta com 77 microempreendedores individuais ativos, atuando principalmente em segmentos como comércio de cosméticos, bares, locação de equipamentos e produção de sucos. Grande parte desses empreendedores mantém pontos comerciais fixos e têm contribuído para a diversificação da economia local. A maioria atua em estabelecimentos

fixos (63,6%). Os MEIs da cidade são majoritariamente homens (65,71%), e a média de idade é de 41 anos. O regime contribui para a formalização e geração de renda.

2.5 Contextualização Histórica do MEI

O Microempreendedor Individual (MEI) foi criado pela Lei Complementar nº 128/2008, sancionada em 19 de dezembro de 2008 e em vigor desde julho de 2009. A proposta surgiu como uma medida de incentivo à formalização de pequenos empreendedores que, até então, operavam na informalidade. Com regras mais simples e carga tributária reduzida, o MEI tem como objetivo principal incluir trabalhadores autônomos no sistema formal da economia, promovendo a geração de emprego, renda e proteção social.

A criação do MEI é resultado de uma série de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da economia informal e da microeconomia. Entre os principais benefícios estão a inscrição no CNPJ, acesso facilitado a crédito, emissão de notas fiscais, cobertura previdenciária e enquadramento no Simples Nacional. Essas vantagens transformaram o MEI em uma ferramenta estratégica de inclusão produtiva e cidadania.

Desde sua implementação, o número de microempreendedores individuais tem crescido de forma expressiva no Brasil. Segundo dados do Portal do Empreendedor e do

SEBRAE, o país ultrapassou a marca de 15 milhões de MEIs em 2024, demonstrando a relevância da categoria para a economia nacional. Essa evolução também é percebida em municípios de pequeno porte, como Nossa Senhora de Nazaré, onde o MEI se apresenta como alternativa viável para trabalhadores autônomos e pequenos comerciantes.

A formalização por meio do MEI contribui para a redução da informalidade, amplia o acesso a políticas públicas e fortalece o empreendedorismo local. Além disso, possibilita maior controle e arrecadação por parte do Estado, sem, contudo, onerar excessivamente o pequeno empresário. Ao longo dos anos, o MEI consolidou-se como um modelo eficiente de regularização de atividades econômicas de baixa complexidade, com impacto direto na geração de emprego e renda no Brasil.

2.6 Desafios Enfrentados pelos Microempreendedores Individuais (MEIs)

Apesar dos avanços proporcionados pela figura do MEI, os microempreendedores individuais enfrentam uma série de desafios para se manterem formalizados e sustentáveis no mercado. Essas dificuldades variam de acordo com o contexto econômico, social e geográfico de cada região, sendo mais acentuadas em municípios de pequeno porte, como é o caso de Nossa Senhora de Nazaré.

Um dos principais obstáculos enfrentados pelos MEIs é o acesso limitado a crédito. Apesar de estarem formalizados, muitos microempreendedores têm dificuldades em comprovar renda ou apresentar garantias exigidas pelas instituições financeiras. Isso dificulta investimentos em infraestrutura, estoque e capacitação, prejudicando a competitividade e o crescimento dos negócios. Outro desafio recorrente é a burocracia associada às obrigações fiscais e contábeis. Embora o MEI

tenha simplificação tributária, ainda é necessário cumprir obrigações como o pagamento mensal do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional), envio da Declaração Anual do Simples Nacional (DASN-SIMEI) e emissão de notas fiscais, o que exige algum nível de conhecimento técnico e acesso à internet — nem sempre disponíveis em áreas com baixo índice de inclusão digital.

Além disso, a baixa escolaridade e a falta de capacitação empreendedora são fatores que comprometem a sustentabilidade dos pequenos negócios. Muitos MEIs não possuem conhecimentos de gestão, marketing ou planejamento financeiro, o que os torna vulneráveis a crises e à concorrência de empresas mais estruturadas.

Em municípios menores, há ainda a limitação do mercado consumidor, o que afeta diretamente o faturamento dos microempreendedores. A escassez de políticas públicas locais voltadas para o fomento ao empreendedorismo e o pouco acesso a programas de capacitação oferecidos por instituições como o SEBRAE agravam essa realidade.

Por fim, vale destacar que a informalidade recorrente ainda é uma realidade no Brasil. Muitos MEIs acabam retornando à informalidade por não conseguirem arcar com os custos mensais ou por não perceberem vantagens concretas na formalização. Esse movimento prejudica o propósito inicial do programa, que é a inserção produtiva com direitos garantidos e estabilidade no exercício da atividade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Optou-se por uma abordagem quantitativa com caráter descritivo, visando compreender a atuação dos Microempreendedores Individuais (MEIs) no processo de geração de trabalho e aumento da renda no contexto local analisado. A pesquisa foi realizada a partir de um levantamento de dados por meio de um questionário estruturado, aplicado aos MEIs da região.

A escolha da metodologia quantitativa se justifica pela necessidade de quantificar e analisar, de forma objetiva, as variáveis relacionadas ao impacto do MEI, como a renda gerada, o número de empregos criados e o tempo de formalização. Além disso, a abordagem descritiva permite compreender as características principais dos microempreendedores e apresentar os dados coletados de maneira clara, por meio de medidas estatísticas e representações gráficas.

A seleção dos participantes foi intencional, incluindo MEIs formalizados e ativos na cidade. A coleta ocorreu entre outubro e dezembro, com divulgação por redes sociais e grupos locais. Ao todo, foram obtidas 15 respostas válidas.

Os dados coletados foram organizados e analisados com o auxílio do Microsoft Excel, por meio de técnicas de estatística descritiva, como médias, frequências absolutas e representações em gráficos e tabelas. O estudo garantiu anonimato e confidencialidade das respostas, seguindo os

princípios éticos de pesquisa. Todos os procedimentos seguidos na realização da pesquisa respeitaram os princípios éticos estabelecidos para estudos com seres humanos, assegurando a privacidade dos participantes e a confidencialidade de suas informações, conforme termo de consentimento apresentado no início do questionário.

A escolha do município de Nossa Senhora de Nazaré como local de estudo se justifica pela relevância dos MEIs para a economia local, dado seu papel na geração de emprego e renda. O questionário foi previamente validado por meio de um teste piloto com um pequeno grupo de microempreendedores, permitindo ajustes para maior clareza e objetividade.

Como limitações, destaca-se a utilização de uma amostra intencional, o que pode não refletir integralmente a realidade de todos os MEIs do município. Além disso, a divulgação online pode ter restringido a participação de empreendedores com menor acesso à internet.

Uma possível limitação da pesquisa pode ser a dificuldade de acesso a todos os MEIs do município, já que a amostra dependerá da disponibilidade e disposição dos participantes em responder ao questionário. Além disso, a análise será restrita à realidade local de Nossa Senhora de Nazaré, podendo não ser completamente generalizável para outros municípios.

Participaram da pesquisa 15 microempreendedores individuais formalizados e ativos, o que corresponde a aproximadamente 20% do total de 77 MEIs registrados no município. A amostra foi intencional, composta por empreendedores que tiveram acesso ao formulário e se dispuseram a respondê-lo de forma voluntária. A divulgação do questionário ocorreu por meio das redes sociais, grupos de WhatsApp e contatos locais.

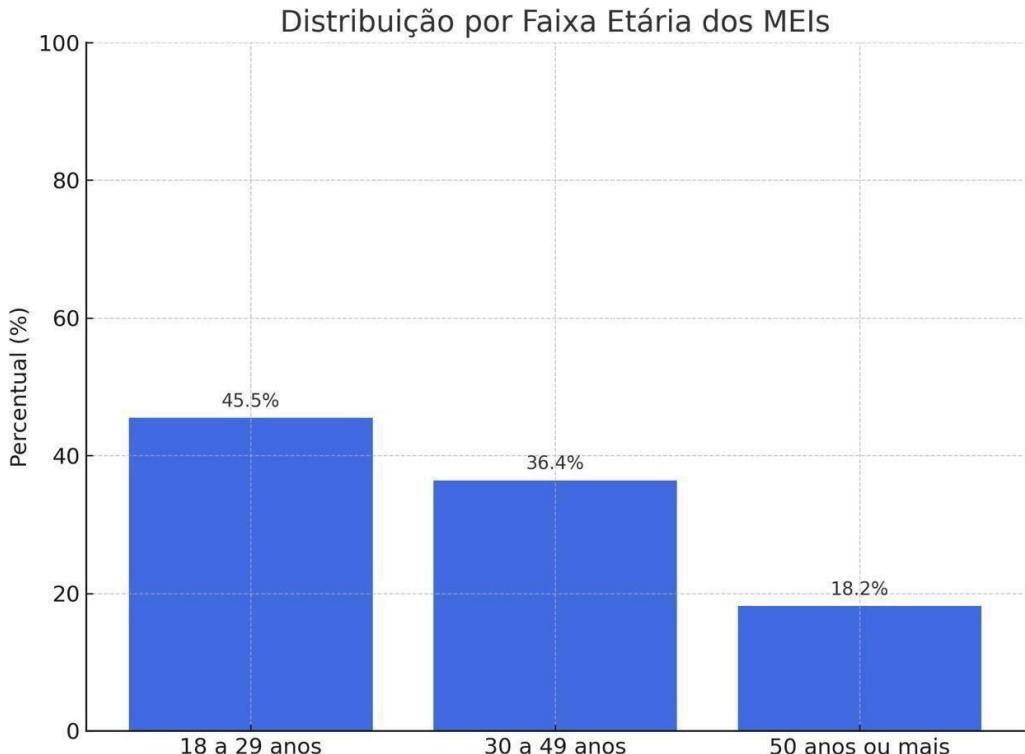
Para garantir a clareza e a compreensão adequada do instrumento de pesquisa, foi realizada uma aplicação preliminar com um grupo reduzido de MEIs locais, possibilitando ajustes no vocabulário e na estrutura das questões.

4 ANALISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários aos microempreendedores individuais (MEIs) de Nossa Senhora de Nazaré apresentam informações relevantes sobre o impacto da formalização na geração de emprego e renda no município. Nesta seção, são analisados dados referentes ao perfil dos respondentes, alterações na renda após a formalização, criação de empregos, benefícios percebidos e desafios enfrentados pelos empreendedores,

As análises permitem identificar tendências importantes, como o aumento da renda de grande parte dos MEIs, a contribuição para a geração de empregos e os principais benefícios e dificuldades associados à formalização. A seguir, os resultados são apresentados de forma detalhada, acompanhados de tabelas e gráficos para melhor compreensão.

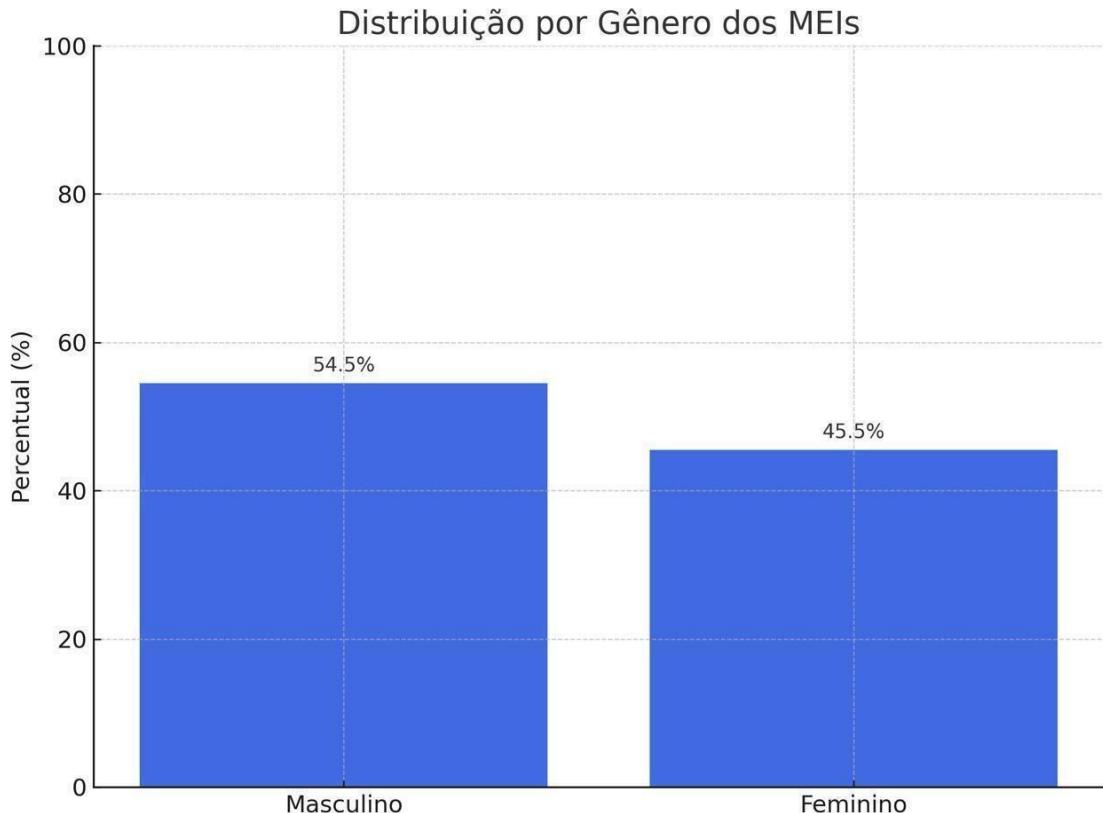
Gráfico 1 - Distribuição da faixa etária



Fonte: do autor, baseado nos dados da pesquisa (2024).

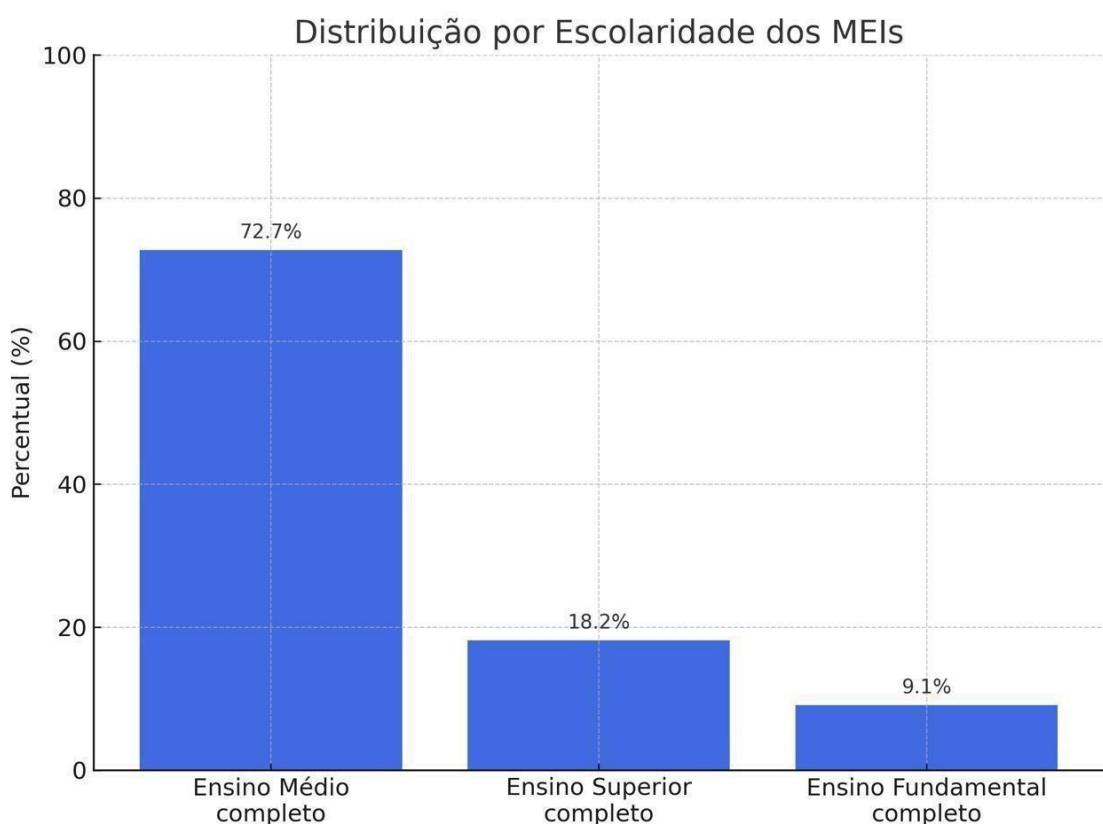
Os dados mostram que a maior parte dos microempreendedores individuais no município está na faixa etária de 18 a 29 anos, o que indica uma forte adesão dos jovens ao regime do MEI. Essa preferência pode estar relacionada à busca por alternativas de geração de renda diante da instabilidade do emprego formal, especialmente em regiões com poucas oportunidades profissionais. Como destacado por Schumpeter (1934), o jovem empreendedor, mais disposto a assumir riscos, vê no MEI uma oportunidade para inovar e construir seu próprio negócio.

Gráfico 2 Analise de gênero



Fonte: do autor, baseado nos dados da pesquisa (2024).

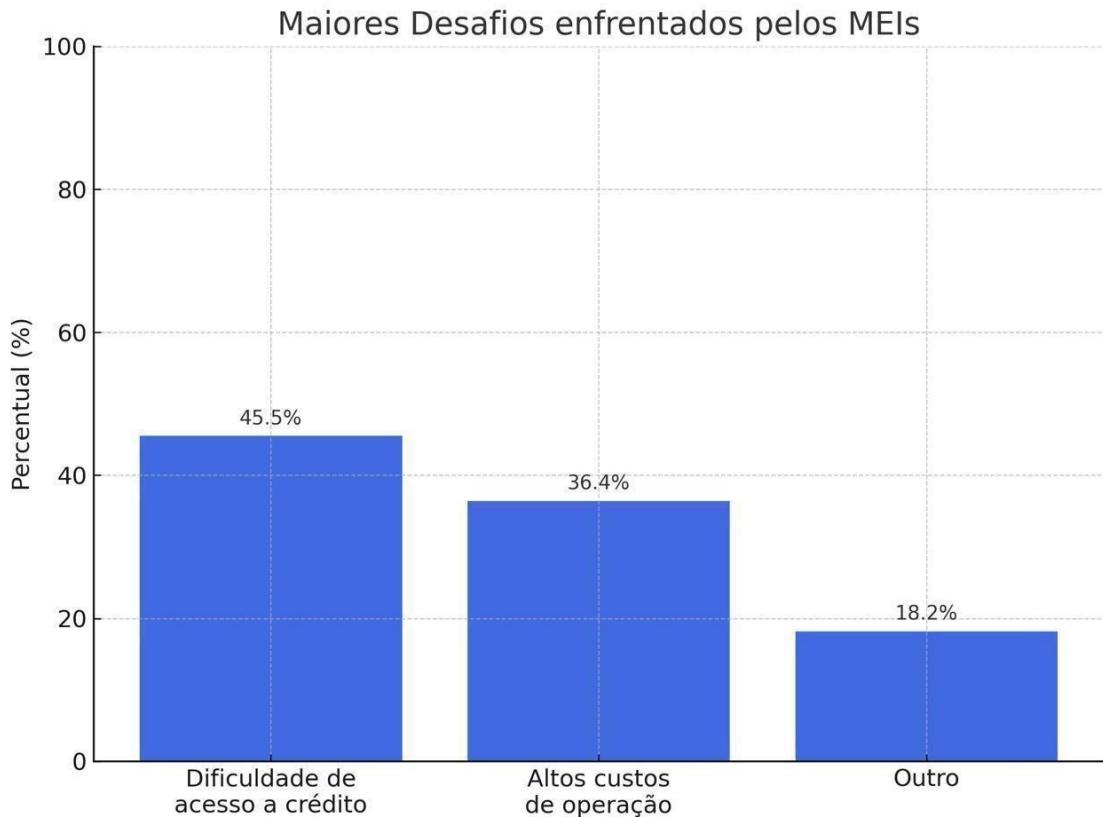
A análise da distribuição por gênero entre os microempreendedores evidencia uma presença crescente de mulheres no empreendedorismo local. Esse movimento sinaliza um processo de superação das desigualdades historicamente enfrentadas pelas mulheres no acesso ao mercado de trabalho formal. Como afirmam Carter & Shaw (2006), o apoio institucional, como o oferecido pelo MEI, tem sido um fator crucial para a inserção crescente das mulheres no empreendedorismo Gráfico 3 Analise da escolaridade



Fonte: do autor, baseado nos dados da pesquisa (2024).

Os dados demonstram que a maioria dos empreendedores formalizados possui escolaridade de nível médio, indicando que o regime MEI alcança indivíduos com diferentes níveis de formação. A participação de pessoas com ensino superior também evidencia a diversidade de perfis atraídos pelo microempreendedorismo, inclusive aqueles com maior escolaridade, em busca de autonomia econômica. A inclusão de 9,1% com ensino fundamental reflete a capacidade do MEI de promover a inclusão social, permitindo que pessoas com diferentes níveis educacionais tenham acesso à formalização e aos benefícios associados. A teoria de inclusão social de Sen (1999) e a perspectiva de De Soto (1989) ressaltam a importância dessa formalização para o crescimento e a inclusão dos microempresários no setor econômico formal.

Gráfico 4 Maiores desafios como MEI



Fonte: do autor, baseado nos dados da pesquisa (2024).

Cerca de 45% dos participantes relataram dificuldades para acessar crédito, o que representa uma barreira importante ao crescimento dos microempreendimentos. Apesar das facilidades teóricas do regime MEI, muitos empreendedores enfrentam entraves financeiros, como exigências de garantias ou taxas elevadas, que limitam o uso desse recurso de forma estratégica. De acordo com Demirguc-Kunt e Klapper (2013), o acesso a serviços financeiros formais é fundamental para o crescimento dos pequenos negócios, mas o processo de obtenção de crédito permanece um obstáculo devido à falta de políticas financeiras adequadas e à desconfiança das instituições bancárias.

Os altos custos de operação, citados por 36,4% dos entrevistados, evidenciam um desafio constante para os MEIs. A carga tributária, embora simplificada, ainda é um obstáculo, principalmente para aqueles com um volume de vendas reduzido. Como discutido por Graziela Ansiliero (2017), a pressão fiscal sobre os microempresários pode afetar sua capacidade de reinvestir no negócio, o que limita suas possibilidades de expansão. A falta de economia de escala

também é um fator relevante, já que os MEIs têm mais dificuldade em negociar preços com fornecedores.

A categoria 'outros desafios', mencionada por 18,2% dos entrevistados, pode refletir uma série de dificuldades relacionadas à gestão e ao crescimento do negócio. A falta de capacitação em áreas como finanças, marketing e vendas é um desafio frequentemente observado entre microempresários. Linzmayer (2014) destaca que, sem conhecimento adequado em gestão empresarial, os MEIs enfrentam dificuldades em manter e expandir seus negócios, o que reforça a necessidade de políticas públicas de apoio à educação empreendedora.

Tabela 1 - motivo que levou a se registrar como MEI

MOTIVO	PERCENTUAL(%)
Acesso ao crédito	45,5%
Formalização do negócio	36,4%
Benefícios previdenciários	18,2%

Fonte: do autor, baseado nos dados da pesquisa (2024).

A análise das respostas revela que a principal motivação para a formalização como MEI está relacionada à expectativa de obter crédito para investir no negócio. Essa demanda reflete a importância do financiamento como instrumento para expansão e sustentabilidade das atividades empreendedoras. Contudo, conforme argumenta Dornelas (2018), embora o MEI facilite esse acesso de forma teórica, muitos ainda enfrentam barreiras como taxas de juros elevadas e exigências que inviabilizam o financiamento. Essa contradição evidencia a necessidade de políticas que, além de ampliar o acesso, ofereçam educação financeira e suporte ao uso consciente do crédito. Isso limita o impacto potencial do crédito no crescimento dos negócios, reforçando a necessidade de políticas públicas que promovam não apenas o acesso ao crédito, mas também a educação financeira para os microempreendedores.

A formalização do negócio é a segunda maior motivação para os MEIs, com 36,4% dos entrevistados mencionando esse aspecto. A formalização proporciona maior segurança jurídica, facilitando a emissão de notas fiscais e permitindo a participação em mercados formais. No entanto, ao lado dessas vantagens, é importante refletir sobre a pressão adicional que a formalização pode trazer, especialmente para empreendedores que enfrentam dificuldades financeiras e administrativas. De Paula e Sarti (2016) ressaltam que, embora a formalização traga segurança jurídica, ela também

impõe uma série de obrigações fiscais e legais que nem sempre são acompanhadas de suporte adequado, gerando uma formalização sem a devida proteção social ou econômica.

Embora os benefícios previdenciários sejam uma das motivações para a formalização, com 18,2% dos entrevistados mencionando esse aspecto, é possível observar que muitos MEIs não veem essa vantagem como uma prioridade. De acordo com Graziela Ansiliero (2017), a formalização do MEI oferece um acesso fundamental à previdência social, mas a falta de uma campanha eficaz de conscientização sobre a importância desses benefícios faz com que muitos microempreendedores não valorizem sua inclusão na previdência social. Essa percepção pode refletir uma visão de curto prazo, onde o foco está no crescimento imediato do negócio, ao invés de garantir proteção social para o futuro.

Tabela 2 – Benefícios mais importantes como MEI

BENEFÍCIOS	PERCENTUAL(%)
Facilidade de crédito	72,7%
Formalização	18,2%
Acesso a benefícios previdenciários	9,1%

Fonte: do autor, baseado nos dados da pesquisa (2024).

A facilidade de acesso ao crédito é, sem dúvida, o benefício mais valorizado pelos MEIs, com 72,7% dos entrevistados destacando-o como primordial. Este dado reflete a dependência dos microempreendedores individuais por financiamento para expandir e manter seus negócios. No entanto, é importante considerar se esse crédito realmente resulta em crescimento sustentável ou se ele, em alguns casos, apenas adia dificuldades financeiras. De acordo com Dornelas (2018), o MEI facilita o acesso ao crédito, mas as altas taxas de juros e a falta de educação financeira podem limitar os benefícios desse acesso. Assim, o crédito deve ser visto não apenas como um recurso imediato, mas como uma ferramenta que precisa ser utilizada com planejamento estratégico para evitar endividamento excessivo.

A formalização do negócio é um benefício significativo para 18,2% dos MEIs, pois proporciona maior credibilidade e segurança jurídica. No entanto, esse dado revela que, para muitos microempreendedores, a formalização não é a principal prioridade. De Paula e Sarti (2016) destacam que a formalização permite a inclusão do empresário no mercado formal, mas a cobrança de impostos e a burocracia ainda representam obstáculos, principalmente para pequenos negócios que não

conseguem gerar receita suficiente para cobrir esses custos. A formalização, portanto, deve ser acompanhada de políticas públicas que minimizem os custos e burocracias envolvidas.

O acesso a benefícios previdenciários foi considerado relevante por uma parcela menor dos entrevistados. Isso pode refletir uma falta de informação ou de valorização da proteção social, especialmente em contextos onde o foco do empreendedor está voltado para a sobrevivência imediata do negócio. Graziela Ansiliero (2017) observa que, sem campanhas de orientação adequadas, muitos empreendedores deixam de perceber o valor de garantir sua segurança financeira a longo prazo por meio da previdência social.

A análise dos benefícios mais importantes para os MEIs indica que, embora o acesso ao crédito seja amplamente valorizado, outros benefícios, como a formalização do negócio e o acesso a benefícios previdenciários, são percebidos de maneira menos significativa. Isso pode refletir tanto uma falta de conscientização sobre os benefícios sociais a longo prazo quanto uma visão mais imediatista dos microempreendedores. Para que o MEI se torne um verdadeiro motor de inclusão social e econômica, é essencial que políticas públicas abordem não apenas a formalização e o crédito, mas também promovam a educação sobre a importância da previdência e ofereçam apoio contínuo aos MEIs, facilitando o acesso a todos os benefícios que o programa oferece.

A análise dos resultados obtidos no estudo sobre o impacto do MEI na geração de emprego e renda em Nossa Senhora de Nazaré revelou informações importantes que reforçam o papel estratégico da formalização para o desenvolvimento econômico e social no município. Observou-se que o MEI tem atraído uma ampla diversidade de perfis, desde jovens empreendedores com ensino médio completo até indivíduos mais experientes com formação superior, evidenciando sua capacidade de inclusão e acessibilidade.

No entanto, os dados também indicaram algumas limitações. Embora o MEI tenha contribuído significativamente para a renda dos microempreendedores, sua capacidade de gerar empregos além do trabalho próprio ainda é restrita. Isso se alinha ao perfil majoritariamente individual das atividades desenvolvidas pelos MEIs no município.

De forma geral, os resultados confirmam a relevância do MEI como uma ferramenta para inclusão produtiva e formalização de pequenos negócios, mas ressaltam a necessidade de iniciativas que incentivem o crescimento dessas atividades e ampliem sua capacidade de gerar empregos e impactos econômicos mais amplos na região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender como a formalização por meio do MEI influencia a geração de renda e oportunidades de trabalho em Nossa Senhora de Nazaré. A pesquisa analisou o papel dos

microempreendedores individuais no fortalecimento da economia local e na criação de alternativas ao mercado de trabalho formal.

Os dados levantados indicam que a adesão ao regime de Microempreendedor Individual teve efeitos positivos na vida dos respondentes, especialmente no que diz respeito ao crescimento da renda e à estabilidade de suas atividades econômicas. Além disso, os entrevistados reconheceram avanços relacionados à regularização de seus negócios e à inserção em um ambiente comercial mais estruturado, com acesso a direitos previdenciários e possibilidade de ampliação da clientela. Os resultados apontam que grande parte dos empreendedores percebeu melhora na renda familiar após sua formalização como MEI, o que confirma o impacto positivo do programa na vida econômica dos beneficiários.

Os dados também revelaram que, embora muitos atuem sozinhos, alguns empreendedores já geram ocupações indiretas ou demonstram intenção de expandir seus negócios, o que sinaliza um potencial de geração de emprego no município. Entre os principais desafios relatados estão a dificuldade em obter crédito em condições acessíveis, a percepção de encargos financeiros ainda elevados e a ausência de formação adequada em áreas como gestão e planejamento empresarial.

A pesquisa contribui para o entendimento do papel do MEI como uma importante ferramenta de inclusão produtiva e formalização de pequenos negócios, especialmente em cidades de pequeno porte. Como a pesquisa foi limitada a uma realidade local específica, seus resultados não podem ser generalizados para todos os municípios brasileiros. Para estudos futuros, sugere-se ampliar a amostra, realizar análises comparativas entre diferentes cidades e explorar abordagens qualitativas que aprofundem os dados obtidos.

Para investigações futuras, sugere-se ampliar o número de participantes, desenvolver comparações com outras localidades e aplicar metodologias qualitativas que permitam aprofundar os resultados.

REFERÊNCIAS

ANSILIERO, Graziela. **Empreendedorismo e políticas públicas para microempreendedores individuais no Brasil.** Brasília: IPEA, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARTER, Sara; SHAW, Eleanor. **Women's business ownership: Recent research and policy developments.** London: Small Business Service, 2006.

DE PAULA, Luiz Fernando de; SARTI, Fernando. Política econômica e inclusão produtiva: limites da formalização por meio do MEI. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 20, n. 3, p. 415-438, 2016.

DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; KLAPPER, Leora. Measuring Financial Inclusion: Explaining Variation in Use of Financial Services across and within Countries. **Brookings Papers on Economic Activity, Spring**, p. 279-340, 2013.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LINZMAYER, Maribel Carvalho. Empreendedorismo e a educação empreendedora no Brasil: análise e reflexões. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 5874, 2014.

PORTAL DO SEBRAE. **Microempreendedor Individual (MEI)**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: abr. 2024.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1942.

SCOTT, Joan Wallach. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1991.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

VITTE, Lauro. **Geografia e desenvolvimento: uma introdução à geografia econômica**. Campinas: Papirus, 2006